



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MESP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Decisão nº 23987779/2022-CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

Processo: 08389.001400/2021-70

Assunto: **Resposta ao Recurso da Empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA**

Cuida-se de resposta ao Recurso Administrativo interposto pela empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.039.434/0001-70, ora denominada Recorrente, referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2022, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

1. **DA INTENÇÃO DE RECURSO**

1.1. A Empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA registrou intenção de recorrer do resultado, durante prazo previsto, com a seguinte manifestação:

“Manifestamos intenção de recorrer tendo em vista o não atendimento dos requisitos de habilitação. Nossas razões serão melhores expostas em nossa peça recursal. Por ser medida de direito, pede-se deferimento.”

1.2. Intenção de recurso aceita pela Pregoeira.

2. **DA ADMISSIBILIDADE**

2.1. Nos termos do art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002 e art. 44, caput, do Decreto nº 10.024/2019, declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2.2. Os prazos limites informados para razões, contrarrazões e decisão, contados a partir do dia 05/07/2022, foram os respectivos: 07/07/2022, 12/07/2022 e 19/07/2022.

2.3. Desse modo, observa-se que a Recorrente encaminhou sua petição, via sistema Comprasnet, no dia 07/07/2022, sendo o presente Recurso tempestivo, permitindo seu conhecimento.

2.4. A empresa Recorrida apresentou suas contrarrazões em 12/07/2022 sendo também tempestivas.

3. **DA QUESTÃO RECORRIDA**

3.1. A RECORRENTE alega, em resumo, que teria ocorrido “ilegalidade na formação do preço na etapa aberta de lances, com o que se retirou indevidamente direito da EQUIP SEG em apresentar lance na etapa fechada da disputa”.

3.2. Diante do exposto a recorrente requer:

a) o provimento do recurso, com a anulação da etapa de lances aberta e daquelas que a sucederam na licitação, e o subsequente refazimento da etapa aberta de lances, na forma do item 12.1.1. do edital.

4. **DAS CONTRARRAZÕES**

4.1. A empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.394.613/0001-08, com endereço na Rua Maximino Tosi, nº 419, Jd. Festugato, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, apresentou suas contrarrazões informando, inicialmente, que “a Recorrente não teve o cuidado objetivo que se espera de empresa com animus de participar efetivamente do certame. Contrário fosse, teria, em observância ao disposto nos itens 7.10 e 7.11 do Edital, mantido seus lances no universo de 10% do melhor lance ofertado (ignorando o valor inexecutível no item 5) ou entre os três lances subsequentes melhores classificados. Isso não ocorreu.”

4.2. Alega que “deve ser julgada improcedente a pretensão da recorrente em ver anulada as decisões subsequentes a etapa de lances, considerando que a administração não teria como influir na decisão de outras licitantes na ocasião dos lances, bem como certamente perderá a proposta mais vantajosa, além do que certamente virá a sofrer diversos danos, não só de ordem material, dado a repetição do presente processo, que é um procedimento custoso, e envolve diversos agentes públicos no procedimento, mas também perderá o seu tempo útil que poderia ser empregado em outras atividades, tudo em nome do princípio da eficiência, tão caro a administração pública.”

5. **DA ANÁLISE DO MÉRITO**

5.1. Inicialmente, cabe frisar que os julgados da Administração Pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

5.2. Tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto nº 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

5.3. A licitação deve ter a finalidade de atender ao interesse público e buscar a proposta que seja mais vantajosa, sendo assim, quanto mais empresas participarem do processo, melhor será para a Administração Pública, pois, quanto mais opções estiverem disponíveis, mais chances a Administração terá de contratar uma proposta que seja realmente benéfica, observando a qualidade e o menor preço.

5.4. Além disso, deve-se observar o princípio da competitividade, que consiste que a Administração permita ampla concorrência, sendo vedado qualquer ato em sentido contrário que venha a comprometer o caráter competitivo do certame. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista a busca pela proposta mais vantajosa.

5.5. Sendo assim, a inobservância dos princípios citados acarretará um prejuízo significativo para a Administração Pública.

5.6. Passaremos a analisar os lances ofertados pelos fornecedores durante as etapas aberta e fechada da sessão pública do Pregão Eletrônico nº. 01/2022, primeiramente incluindo o lance inexequível para o item 5 (R\$ 577,00) e, em segundo, excluindo esse lance e considerando o último lance exequível ofertado pela Empresa Auxiliar (R\$ 579.000,00 às 09:27:03).

5.6.1. **Tabela 1:** Etapa aberta considerando o valor R\$ 2.565.577,00 como parâmetro para convocação das empresas para a etapa fechada:

Item	Fornecedor	Antes etapa fechada	Situação	Após etapa fechada	Classificação para a fase de julgamento
1	Empresa Auxiliar de Segurança Ltda	R\$2.565.577,00	Convocadas para a etapa fechada com fundamento no item 7.11.1. do Edital.	R\$2.565.577,00	1ª
2	Orcali Serviços de Segurança Ltda	R\$3.082.815,04		R\$2.887.593,61	4ª
3	Lince - Segurança Patrimonial Ltda	R\$3.105.167,04		R\$2.813.872,32	3ª
4	Iguasseg Segurança e Vigilância Ltda	R\$3.128.400,00		R\$2.669.900,00	2ª
5	Intersept Segurança Ltda	R\$3.145.100,00	Não convocadas para a etapa fechada	R\$3.154.999,00	5ª
6	Epavi Vigilância Ltda	R\$3.148.000,00		R\$3.160.666,80	6ª
7	Equip Seg Inteligência em Segurança Ltda	R\$3.154.999,00		R\$3.179.750,00	7ª
8	Inga Vigilância Ltda	R\$3.160.666,80		R\$3.182.000,00	8ª
9	Ondrepsb PR Sistemas de Segurança Ltda	R\$3.179.750,00		R\$3.197.990,64	9ª
10	Sistemare Segurança e Vigilância Eireli	R\$3.182.000,00		R\$3.197.991,84	10ª
11	Embrasp Empresa brasileira de Segurança Patrimonial	R\$3.197.990,64		R\$3.197.990,64	11ª
12	Juriseg Segurança e Vigilância Ltda	R\$3.197.991,84		R\$3.197.991,84	12ª

5.6.2. **Tabela 2:** Etapa aberta considerando o valor R\$ 3.082.815,04 como parâmetro para convocação das empresas para a etapa fechada:

Item	Fornecedor	Antes etapa fechada	Situação
1	Orcali Serviços de Segurança Ltda	R\$3.082.815,04	$3.082.815,04 + 10\% = R\$ 3.391.096,54$ Todos os fornecedores seriam convocados para a etapa fechada, com fundamento no item 7.11 do Edital.
2	Lince - Segurança Patrimonial Ltda	R\$3.105.167,04	
3	Iguasseg Segurança e Vigilância Ltda	R\$3.128.400,00	
4	Empresa Auxiliar de Segurança Ltda	R\$3.144.000,00	
5	Intersept Segurança Ltda	R\$3.145.100,00	
6	Epavi Vigilância Ltda	R\$3.148.000,00	
7	Equip Seg Inteligência em Segurança Ltda	R\$3.154.999,00	
8	Inga Vigilância Ltda	R\$3.160.666,80	
9	Ondrepsb PR Sistemas de Segurança Ltda	R\$3.179.750,00	
10	Sistemare Segurança e Vigilância Eireli	R\$3.182.000,00	
11	Embrasp Empresa brasileira de Segurança Patrimonial	R\$3.197.990,64	
12	Juriseg Segurança e Vigilância Ltda	R\$3.197.991,84	

5.7. O evidente equívoco cometido pela Empresa Auxiliar de Segurança Ltda ao oferecer um lance de R\$ 577,00 (quinhentos e setenta e sete reais) ao invés de R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), seguido da sua não desclassificação pelo Pregoeiro, acabou aliando diversos licitantes da fase seguinte da etapa competitiva (lance final e fechado).

5.8. De fato, considerando como parâmetro o equivocado preço mais baixo ofertado na fase aberta de lances, nenhuma outra oferta, por óbvio, encontrava-se no limite de até 10% superior àquela, fazendo com que a regra do item 7.11 do Edital fosse afastada para a incidência da hipótese prevista no item 7.11.1. Ocorre que, como resta cristalino nos autos, a incidência do item 7.11.1 do Edital ocorreu de forma artificial, em razão do equívoco de um dos licitantes.

5.9. Transcreva-se, a seguir, as disposições do Edital que tratam da formulação de lances e que são pertinentes ao deslinde da presente decisão:

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. *Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.*

7.14. *Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.*

7.15. *Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.*

5.10. O Edital do Pregão nº 01/2022 determina a desclassificação de propostas manifestamente inexequíveis (item 8.4.4). Da mesma forma, no modo de disputa aberto-fechado, previsto no Decreto 10.024/2019 (inc. II do art. 31), o pregoeiro pode intervir quando, por exemplo, verifica que há lances inexequíveis (art. 28 do Decreto 10.024/2019).

5.11. Da leitura da peça recursal, verifica-se que a controvérsia gira em torno da possível ocorrência de violação ao caráter competitivo do certame, em razão desta Pregoeira não haver desclassificado, durante a fase aberta de envio de lances na etapa competitiva, proposta manifestamente inexequível, a qual, por conseguinte, acabou sendo adotada como parâmetro de preço para determinar a convocação de licitantes para a disputa da fase fechada.

5.12. No item 11 da peça recursal, é relatado:

"... Assim, o lance inexequível gerou distorção no cálculo do preço final do Grupo 1. A projeção de lance máximo a ser ofertado para participação na etapa fechada foi artificialmente reduzida. E, mais grave, derivado de confesso equívoco da AUXILIAR no lançamento do valor no sistema eletrônico. Era legítima a expectativa dos licitantes de que o lance fosse excluído pela Pregoeira."

5.13. Importante esclarecer, nesse momento, que a disputa da sessão pública do PE 01/2022 transcorreu da seguinte forma:

5.13.1. Início da Sessão: 09:00:01 (As propostas iniciais foram analisadas manualmente por 10 minutos);

5.13.2. Duração da etapa aberta: de 09:10:08 até 09:25 (15 minutos);

5.13.3. Duração do encerramento aleatório: de 09:25 até 09:29:31 (aproximadamente 4 minutos);

5.13.4. Duração da etapa fechada: de 09:29:31 a 09:34:32 (5 minutos).

5.14. Em princípio, cabe registrar que não houve, por parte desta pregoeira, a recusa em excluir o lance inexequível, mas tão somente, não houve tempo hábil para que o fizesse. A Empresa Auxiliar efetuou seu último lance exequível para o item 5 às 09:27:03 (R\$ 579.000,00), e o lance inexequível às 09:28:11 (R\$ 577,00), ou seja, a fase aberta já havia finalizado, estando no encerramento aleatório em ambos lances. A fase fechada iniciou-se após 1 minuto e 20 segundos do referido lance inexequível, sem a devida exclusão do lance pelo pregoeiro.

5.15. Assim, foi dado prosseguimento à sessão, dando início à fase de julgamento da proposta, com a necessária recusa da proposta da primeira colocada, tendo em vista a impossibilidade de exclusão do lance inexequível nessa etapa da sessão pública.

5.16. Assiste razão à Recorrente quando ela aduz que houve prejuízo aos demais licitantes e à própria Administração Pública, pois não fosse o lance incorreto classificado para a etapa fechada, não seriam chamadas apenas 04 licitantes para a disputa fechada e sim os melhores preços ofertados. Ou seja, possivelmente seriam convocados para a fase fechada todos os 12 participantes. Essa constatação foi possível somente após o encerramento da sessão pública, momento em que é gerada a Ata de Realização do Pregão Eletrônico.

5.17. A Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais enfrentou situação similar na sessão pública do Pregão Eletrônico nº. 05/2021, onde uma empresa ofertou lance manifestamente inexequível que não foi excluído pelo pregoeiro durante a fase aberta e que acabou parametrizando a convocação para a etapa seguinte. Os autos foram submetidos à análise da Consultoria Jurídica da União com os seguintes questionamentos:

"Analisando o pedido da recorrente que alega ter havido prejuízo à Administração, aos demais licitantes não convocados e à própria, solicito parecer dessa Consultoria a saber:

1. No presente caso, é correto que se proceda à anulação do pregão eletrônico por perda de competitividade na disputa?

2. Ou seria mais adequado adjudicar o objeto à empresa, que dentre 03 ofereceu o melhor preço, cujo desconto em comparação com o preço máximo de referência fica em quase 30%?"

5.18. Após análise do caso concreto, o Excelentíssimo Consultor Jurídico da União em Minas Gerais Substituto, Daniel Lin Santos, emitiu o Parecer n. 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU com a seguinte conclusão:

"... opinamos pela não anulação do Pregão nº 05/2021-SR/PF/MG, o qual, contudo, em homenagem aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, deverá ter sua etapa fechada de envio de lances reiniciada/reaberta, de modo que para ela sejam convocados, nos termos do item 7.11 do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela, desconsiderando-se para tanto a oferta apresentada pela empresa Inova Tecnologia em Serviços Ltda."

5.19. Ocorre que, de posse de novas informações fornecidas pela CPL/SELOG/SR/MG, encaminhou, através do e-mail, uma complementação ao Parecer nº. 00100/2021/CJU-MG/CGU/AGU, transcrita abaixo:

*" A possibilidade **jurídica**, em tese, de reinício/reabertura da etapa fechada de lances com fundamento no art. 44, § 4º, do Decreto nº. 10.024/2019, parece encontrar no caso concreto um empecilho de ordem **técnica** no âmbito do Sistema ComprasNet, uma vez que o certame já se encontra na fase de julgamento da proposta. É a conclusão que se extrai da nova informação trazida aos autos (resposta apresentada pela Central de Atendimento do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Ministério da Economia - SIASG ao questionamento deduzido pela CPL/SELOG/SR/MG.*

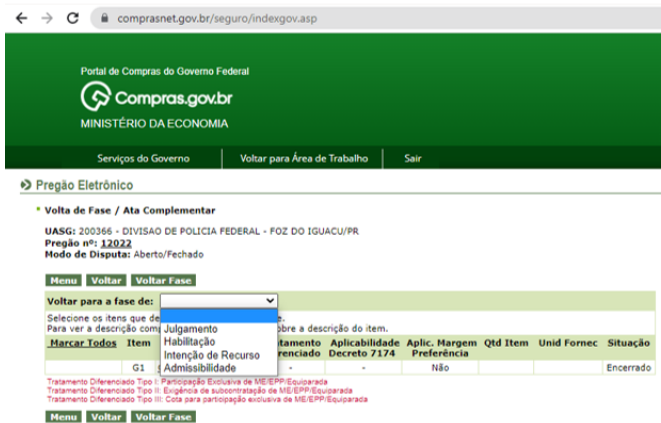
Segundo informado pelo SIASG e pela CPL/SELOG/SR/MG, somente seria possível o reinício da disputa fechada quando todas as empresas que participaram da mesma fossem desclassificadas.

*Tem-se, portanto, uma impossibilidade **técnica** de retomada da fase de envio de lances. Ou, melhor, a retomada da disputa fechada implicaria em prejuízo ao caráter competitivo do certame, já que todas as empresas que participaram deveriam ser desclassificadas.*

*Na prática, tem-se a **insuscetibilidade de aproveitamento dos atos praticados até o momento na fase externa do processo licitatório** (art. 44, § 4º, do Decreto nº. 10.024/2019). Por conseguinte, em homenagem aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, recomenda-se a anulação do certame e a consequente republicação do Edital."*

5.20. Como podemos observar na imagem abaixo, extraída do Sistema ComprasNet, de fato não há possibilidade de voltar para a fase de lances, mas tão somente para a fase de julgamento e atos subsequentes.

Figura 1 - Tela extraída do Sistema ComprasNet - PE 01/2022 - UASG 200366



5.21. Em respeito ao princípio da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, onde a Administração deve zelar para que haja ampla concorrência em seus procedimentos licitatórios, sendo vedado qualquer ato em sentido contrário e, considerando não ser possível proceder à volta de fase anterior ao julgamento da proposta, para que se proceda ao saneamento do vício, recebemos o presente recurso, e, baseado nos princípios que regem a Administração Pública, esta Pregoeira decide pela procedência do recurso.

6. DA DECISÃO

6.1. Diante do exposto, com fundamento no inciso VII do art. 17 do Decreto 10.024/2019, esta pregoeira recebe os recursos e contrarrazões, e entende como PROCEDENTE as alegações da RECORRENTE, de modo que ensejam, após a análise das questões aludidas, a desclassificação da proposta ora vencedora do Pregão nº 01/2022-DPF/FIG/PR.

6.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante do Edital do PE nº 01/2022.

6.3. Diante da procedência do recurso impetrado pela recorrente EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANCA LTDA, solicita-se ao Senhor Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR autorização para anulação do Pregão Eletrônico nº. 01/2022, com nova publicação, nos mesmos termos do Edital nº 01/2022.

Foz do Iguaçu/PR, 19 de julho de 2022.

LÍVIA MARIA BIZZOTTO CORRÊA

Pregoeira
CPL/SELOG/DPF/FIG/PR

1. Tendo em vista vício insanável ocorrido durante a fase de lances na sala de disputa do Pregão Eletrônico nº 01/2022, conforme exposto pela pregoeira.

2. Considerando a competência delegada pelo Sr. Diretor Geral de Polícia Federal por meio da Portaria nº 9.496-DG/PF, de 25/03/2019, e com fulcro no art. 50 do Decreto nº 10.024/2019, AUTORIZO a anulação do referido Pregão Eletrônico, com nova publicação nos mesmos termos.

CARLOS EDUARDO VIEIRA BIANCHI

Delegado de Polícia Federal
Ordenador de Despesas / Chefe da DPF/FIG/PR em exercício



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA MARIA BIZZOTTO CORREA, Pregoeiro(a)**, em 19/07/2022, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO VIEIRA BIANCHI, Chefe de Delegacia**, em 19/07/2022, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23987779** e o código CRC **92218DA7**.

